

4- Agricultura, Pecuária, Pescas, Silvicultura e Ambiente

O programa do Governo para o ano 2003/04 previa a intervenção no meio rural, visando: o apoio à produção agropecuária, o desenvolvimento das pescas, o aumento da produção de sal, a pesca artesanal, a fiscalização das actividades de pesca, a conscientização e educação ambiental, a preservação ambiental e a conservação e exploração de florestas.

5- Indústria

Neste campo, o Governo prevê o desenvolvimento de indústrias exportadoras competitivas; o desenvolvimento das indústrias de substituição de importações; a promoção industrial e o apoio a pequenas e médias empresas industriais, a criação de infra-estruturas de apoio e localização industrial; a recuperação de empresas industriais competitivas; o desenvolvimento e a expansão do sector mineiro; a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do sector petrolífero; a prossecução, a prospecção e a extracção de petróleo.

6- Obras Públicas e Reconstrução de Infra-estruturas

É evidente que num país que viveu a guerra que Angola conheceu, é necessário um enorme esforço para a reconstrução das infra-estruturas destruídas.

Assim, no domínio das Obras Públicas (intervenção directa do Estado), enquanto garante do fornecimento e manutenção das infra-estruturas físicas essenciais e básicas, são de destacar as inúmeras reabilitações de estradas, pontes e aeródromos. A re dinamização do sector das Obras Públicas tem, de igual forma, constituído motivo para o relançamento das indústrias de construção, tais como o cimento e seus derivados, as cerâmicas, a carpintaria metálica e madeira, as tintas e vernizes e a metalurgia. A capacidade de realização nesse capítulo foi estrangida pelos escassos recursos financeiros disponibilizados, face à necessidade de intervenção requerida, decorrente do estado degradado das infra-estruturas básicas.

Devido à abrangência de tal tarefa, aposta-se no investimento do sector privado. É importante observar que os investidores internacionais têm mostrado um apetite “desmedido” em investir no país e estão igualmente explorando, entre outras, as oportunidades de financiar a reconstrução de infra-estruturas físicas na indústria e na agricultura, podendo-se destacar nesta altura a China Popular, Israel, África do Sul, Brasil, etc, sem contar com a presença portuguesa, francamente ultrapassada.

7- Instituições Financeiras

O actual sistema bancário angolano conta com dez bancos (108 agências), nove instituições ligadas ao micro-crédito e seis Fundos de Apoio e de Fomento, distribuídos por todas as províncias do País. A maior parte das instituições creditícias encontram-se localizadas em Luanda, Huíla, Cabinda, Kwanza Sul e Benguela. Angola não tem um sistema formal de crédito rural.

Neste último ano, as rubricas do comércio, transporte e serviços beneficiaram de 30% do total do crédito outorgado pelo sistema bancário; 60% foi consignado à rubrica

"outros créditos" não especificados nas contas do Banco Central de Angola. Os restantes 10% foram para actividades da construção, da indústria e da agricultura, que recebeu somente 1,5% dessa parcela.

O Governo apoia e defende a afirmação dos agentes económicos (comerciantes, carpinteiros, artesãos, agricultores, etc.), nomeadamente através de créditos financeiros e fundos de fomento que provêm, principalmente, do Fundo de Desenvolvimento Económico-Social, do Fundo de Apoio Social e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário.

Os agentes económicos também podem receber micro-créditos (geralmente nas áreas urbanas, mas em poucas zonas rurais), provenientes de instituições privadas e/ou não governamentais como o Banco Sol e a Development Workshop (uma ONG).

No tocante ao crédito rural, apesar da existência de um sistema de crédito constituído pela Banca, Fundos e ONGs, existem limitações que afectam o acesso ao crédito no sector rural, designadamente uma insuficiente regulamentação por parte do Banco Central, a falta de uma legislação que permita às instituições não bancárias receber depósitos, etc.

De modo idêntico, são desejados investidores privados internacionais na implementação de investimentos na agricultura, principalmente na oferta de insumos, equipamentos, máquinas, estruturas e serviços de mercados, financiamento de linhas de crédito rural, etc.

Neste quadro, o governo decidiu avançar com a criação de condições favoráveis para atrair capitais estrangeiros e para que agentes económicos internacionais aumentem os seus investimentos no sector agrário.

A análise das oportunidades e dos constrangimentos na agricultura deste país não pode senão levar a concluir que o investimento privado terá de desempenhar um papel decisivo na implementação dos programas e projectos do sector.

8- Assistência dos Doadores

A assistência internacional nos últimos anos tem sido fundamentalmente ligada a ajudas de emergência, grande parte das quais têm sido canalizadas através dos organismos das Nações Unidas e ONGs.

O crescente papel das ONGs na execução da ajuda multilateral e bilateral, financiando programas de assistência de emergência, reflecte a existência de oportunidades de parcerias entre entidades públicas e privadas, assim como a capacidade das mesmas em estabelecer as operações com rapidez e eficiência. Mas, em alguns casos, o aumento dessas iniciativas, têm originado a fuga de bons profissionais do sector público para o privado, desfalcando o Estado dos seus melhores quadros, tendo em vista os baixos níveis de salários praticados pelo Estado,

9- Operações Humanitárias

Estima-se que 1,4 milhão de pessoas serão beneficiadas com as operações humanitárias de emergência envolvendo quantidades substanciais de ajuda alimentar (quase 200 mil toneladas de alimentos), distribuição de ferramentas de trabalho e sementes, assistência médica e a reabertura de estradas, através de desminagem e reparação de pontes.

O PAM desempenha papel importante na gestão de tarefas logísticas, assegurando a distribuição de alimentos nas áreas carentes do País.

Essas actividades, que continuaram em 2004, estão chamadas, progressivamente, a dar lugar às acções de reabilitação e desenvolvimento.

Dados referentes ao ano de 2002 referem que a assistência humanitária bilateral para Angola, alcançou US\$ 195.7 milhões. Os principais doadores foram os Estados Unidos, 49.9%, Comunidade Europeia, 12.1% e a Holanda, 6.9%. Entretanto, 80.4% dessa assistência foi canalizada pelas Agências das Nações Unidas.

No que concerne ao ano 2004, até o mês de Dezembro, cerca de 85 por cento das necessidades previstas no Apelo de Assistência Humanitária para o ano, equivalente a 115 milhões USD, em géneros, tinham já chegado ao país.

Devido ao progresso alcançado no retorno e reassentamento das populações e nos novos mecanismos do plano para o período de transição, o Governo de Angola e as Nações Unidas decidiram não lançar um novo apelo de ajuda para 2005. sobretudo nos moldes em que era feito, em que as agências das Nações Unidas eram igualmente vistas como agentes distribuidores da assistência humanitária.

10- Relações com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial

As relações Governo / FMI e Governo / Banco Mundial, tradicionalmente nunca foram boas, particularmente até à assinatura do Acordo de Paz com a UNITA, em 2002. Isso, em parte, porque o FMI exigia como condição *sine qua non* para a normalização das suas relações com o país, o cumprimento por parte do executivo angolano de um conjunto de medidas políticas e económico-financeiras que um país mergulhado numa guerra devastadora muito dificilmente aceitaria, mormente tratando-se de um país potencialmente muito rico e grande produtor de petróleo e diamantes, como é o caso.

No entanto, o elevado peso do serviço da dívida externa de Angola (cerca de 9 mil milhões) e a sua estreita relação com os objectivos de estabilização macroeconómica e o relançamento da produção interna de bens e serviços, determinaram que o Governo celebrasse há já alguns anos com o FMI e com o BM, o Memorando de Políticas Económico-Financeiras do Governo, programa monitorizado pelo Corpo Técnico do FMI.

Inicialmente válido para o período de Abril a Dezembro de 2000, o Programa Monitorizado foi sendo sucessivamente prorrogado.

11- Luta contra a fome

Vale ressaltar que, durante a Cimeira sobre Alimentação Mundial realizada em Roma em 1996, o Governo comprometeu-se a reduzir para metade a fome no país até ao ano

2015. Renovou esse compromisso na Cimeira do Milénio, em 2000 e, de novo, na Cimeira sobre Alimentação Mundial, cinco anos mais tarde em 2002.

3- Reformas: Estruturais, Institucionais e Transparência

Apesar de receberem uma forte atenção política, só se fez um progresso limitado no que respeita à implementação de reformas estruturais nos anos 2002 e 2003, tanto como resultado da atenção na consolidação do Processo de Paz, bem assim devido a sérios constrangimentos, em termos de capacidade humana e institucional.

Como consequência, o Programa de Privatizações foi forçado a atrasar várias medidas importantes nas áreas da reforma fiscal, enquanto os controlos das despesas fiscais e semi-fiscais ficaram por implementar na sua generalidade.

No entanto, as autoridades avançaram com o chamado Programa de Modernização das Alfândegas e começaram a implementar o Programa de Modernização da Gestão das Finanças Públicas.

O parlamento aprovou recentemente a nova Lei dos Investimentos, para substituir a considerada obsoleta Lei do Investimento Estrangeiro, que estabelece o princípio da igualdade de tratamento para investidores nacionais e estrangeiros, simplifica os procedimentos administrativos e o repatriamento dos lucros.

Simultaneamente, foi aprovado a Lei dos Incentivos Fiscais para o Investimento Privado, um instrumento considerado importante para a promoção do emprego, encorajamento da diversificação económica e correcção de assimetrias regionais.

Mais recentemente, também entrou em vigor a nova Lei das Empresas Comerciais e estabeleceu-se um Guiché Único da Empresa, destinado a simplificar os procedimentos jurídicos, administrativos e fiscais, para o registo de novas empresas.

O governo deu ainda passos importantes para melhorar a transparência fiscal e a prestação de contas, isso de acordo com o registado pelas instituições financeiras internacionais. A este respeito, foi publicado nos princípios do ano 2004 o Resumo Executivo do Relatório do Início do Estudo / Diagnóstico do Sector Petrolífero.

Nesta fase, o Executivo está empenhado na implementação de um Plano de Acção para a conclusão do trabalho restante do citado estudo, que inclui, **por um lado**:

- A publicação dos resultados do Relatório Final
- A criação duma unidade encarregue da gestão do Modelo Financeiro e monitorização das receitas do petróleo
- O recrutamento de assistência técnica apropriada; o início de um programa abrangente de formação
- A promoção de Auditoria das Declarações de Impostos, apresentadas às Finanças tanto pela companhia nacional de combustíveis, a SONANGOL, como pelas companhias; petrolíferas internacionais, para as quais já foi seleccionado um novo auditor externo

Por outro lado:

1. O governo já indicou a sua intenção de recorrer à auditoria externa para realizar, regularmente, revisões das contas financeiras das principais empresas afiliadas ao grupo SONANGOL e está a avançar com a introdução dos Padrões Internacionais de Contabilidade.
2. O Ministério das Finanças está a compilar dados e a preparar os modelos, com vista ao início da publicação na sua página na Internet, numa base regular, de dados financeiros dos petróleos

De igual forma, a adesão à Extractive Industry Transparency International (Organismo Internacional para a Transparência na Indústria Extractiva) está também a ser preparada pelo governo e a ser discutida com as partes interessadas, com o fim de assegurar que esta adesão não entre em conflito com os contratos aprovados com as companhias petrolíferas internacionais.

Finalmente, para acentuar a imposição da transparência na sua actuação, o governo tomou as seguintes medidas:

1. *Introduziu recentemente uma nova legislação orçamental, que exige que todas as receitas e despesas estatais sejam declaradas no orçamento geral do estado*
2. Incluiu nos orçamentos dos anos 2003 e 2004 todas as operações semi-fiscais previamente realizadas pela SONANGOL, assim como outras despesas governamentais que, no passado, *eram feitas fora do quadro orçamental, particularmente aquelas associadas ao sector militar*
3. Realçou recentemente junto do FMI que, *com a paz definitivamente consolidada, não há mais necessidade de manter SECRETAS as operações financeiras do sector militar.*
4. Passou a publicar na imprensa oficial, desde o ano 2003, todos os concursos para fornecimentos de bens e serviços para o sector militar, bem assim os resultados da selecção das ofertas

Além disso, o Tribunal de Contas, criado em 2001, já começou a rever e a examinar as contas do sector público, com todas as consequências legais disso derivadas.

4- Desenvolvimentos Económicos Recentes

A economia angolana ainda depende, grandemente, da produção de petróleo e do florescente sector dos diamantes. Os abundantes recursos hídricos e o potencial agrícola e piscatório do país estão sub explorados.

O PIB real cresceu aproximadamente 15,3% no ano 2002, por um lado, como um dividendo da paz e, por outro, devido ao aumento da produção de petróleo e diamantes, cujas taxas foram, respectivamente, de 22,1% e 6,6% e que, como consequência da destruição da capacidade produtiva rural, são actualmente a única fonte significativa de divisas, tendo contribuído com 61 % do PIB, em 2002.